

Os Municípios do Distrito de Setúbal – Análise Comparativa Orçamental, Económica e Financeira de 2010 e 2011

Ana Bela de Sousa Delicado Teixeira,
Prof.ª Adjunta, ana.bela.teixeira@esce.ips.pt

Pedro Nuno Coelho Palhão Bicho Pardal,
Prof.º Adjunto, pedro.pardal@esce.ips.pt

Carlos Manuel Severino da Mata,
Prof.º Adjunto, carlos.mata@esce.ips.pt

Nuno Miguel Delicado Teixeira,
Prof.º Adjunto, nuno.teixeira@esce.ips.pt

Instituto Politécnico de Setúbal - Escola Superior de Ciências Empresariais
Campus do IPS, Estefanilha, 2910-503 Setúbal
Tel.: +351 265709300

Área Temática: A1) Contabilidade Pública

Metodologia: M2) Case/ Field Study

Palavras-chave: Informação contabilística, Avaliação, Desempenho, POCAL, Municípios.

Os Municípios do Distrito de Setúbal – Análise Comparativa Orçamental, Económica e Financeira de 2010 e 2011

RESUMO

A Contabilidade na Administração Local, veio potenciar o cálculo e comparação de indicadores de desempenho a nível orçamental e económico-financeiro, e assim permitir uma melhoria na avaliação da gestão das instituições.

O principal objectivo do nosso trabalho é o de evidenciar, para os anos de 2010 e 2011, através do uso de diferentes indicadores seleccionados com base no anuário financeiro dos municípios portugueses, o desempenho comparativo e evolutivo dos municípios do distrito de Setúbal, quer ao nível de indicadores orçamentais, quer ao nível de indicadores económico-financeiros.

1 - Introdução

Atualmente, a contabilidade nas autarquias locais, consequência da obrigatoriedade da aplicação do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), antevê uma efectiva gestão do orçamento com critérios de eficiência, eficácia e economia, baseada na articulação de três sistemas contabilísticos, a contabilidade, orçamental, patrimonial e analítica.

Neste sentido, o presente estudo, tem como principal objectivo, efetuar, com base na informação contabilística, uma análise comparativa do desempenho, ao nível orçamental e económico-financeiro, dos municípios do distrito de Setúbal, através do cálculo de um conjunto de indicadores.

O nosso estudo desenvolve-se em quatro pontos. Após uma breve introdução, apresentamos o ponto relativo à informação contabilística e à análise orçamental e patrimonial, onde fazemos um breve enquadramento do POCAL. Seguidamente, para atingir o objectivo proposto, com base na informação contabilística de 2010 e 2011, dos municípios do distrito de Setúbal, apresentamos, em diferentes tabelas, os valores obtidos em cada indicador seleccionado, tendo em conta, sempre que possível, a média nacional, evidenciada no Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses. (AFMP). Por fim, serão apresentadas as conclusões e a bibliografia de referência.

2 – A Informação contabilística e a análise orçamental, económica e financeira

A estrutura do sistema português de Contabilidade Pública assenta, atualmente, na articulação de três sistemas contabilísticos, a contabilidade orçamental, patrimonial e analítica, com base num plano de contas geral, o Plano Oficial de Contabilidade Pública¹ (POCP) e, em quatro planos sectoriais, o Plano Oficial Contabilidade das Autarquias Locais, o Plano Oficial Contabilidade da Educação (POC-Educação), o Plano Oficial Contabilidade do Ministério da Saúde (POCMS) e o Plano Oficial Contabilidade das Instituições do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social (POCISSSS). A tabela 1 resume o âmbito do POCP e dos planos sectoriais no Sector Público Administrativo:

Tabela 1 – Âmbito de aplicação do POCP e dos planos sectoriais

SPA	Administração Central e Regional	POCP	POC - Educação
	Administração Local		POCMS
	Segurança Social		POCP
			POCAL
			POCISSSS

Fonte: Adaptado de Caiado e Pinto (2001:25).

Nestes planos, a articulação dos três sistemas contabilísticos é a base do sistema de informação público devendo permitir, para além do controlo do cumprimento da legalidade, a análise e avaliação das decisões tomadas e apoiar as decisões futuras. Anteriormente, a contabilidade que nos organismos públicos, tradicionalmente tinha como finalidade executar, liquidar e controlar o orçamento, deve hoje refletir objetivos de eficiência, eficácia e economia, que sejam perfeitamente mensuráveis através da informação contabilística. Assim, a implementação dos planos e sistemas contabilísticos revela-se de extrema importância para o cumprimento dos objetivos da Contabilidade Pública. Contudo, diferentes estudos académicos levam-nos a concluir que esses planos não estão completamente implementados, principalmente ao nível da contabilidade analítica (Carvalho *et al.*, 2009; Teixeira *et al.*, 2010).

Assim, de aplicação obrigatória a todas as autarquias locais e entidades equiparadas, o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei nº 54 – A/99, de 22 de Fevereiro, ao articular os três sistemas contabilísticos obrigatórios, deve permitir, entre outros, a obtenção de indicadores de natureza orçamental, patrimonial e de custos. Todavia, face ao fraco nível de implementação da contabilidade analítica, serão para já, os outros dois

¹ Decreto-Lei nº 232/97, de 3 de Setembro.

sistemas contabilísticos a permitirem o seu cálculo, tal como é evidenciado nos diferentes Anuários Financeiros dos Municípios Portugueses.

Segundo a Constituição da República Portuguesa no nº 2 do art. 235, Autarquias Locais são “pessoas colectivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respectivas”. Em Portugal, de acordo com a Direção Geral das Autarquias Locais em dezembro de 2012², existem 308 municípios e 4259 freguesias. Amaral (2002) refere que o município é a autarquia local que visa a prossecução dos interesses comuns da população residente num território delimitado (concelho), através de órgãos eleitos. Os seus principais órgãos são, a Assembleia Municipal, a Câmara Municipal e o Presidente da Câmara.

Um dos estudos de referência sobre o desempenho das Autarquias Locais, efetuado a nível nacional e a partir de indicadores calculados com base na informação contabilística, é o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses (AFMP). O AFMP apresenta uma análise detalhada do desempenho orçamental e patrimonial dos municípios, sintetizando a avaliação do seu desempenho através de uma análise de diversos indicadores tendo por base a prestação de contas anual de cada município português. A última versão disponível e editada em 2011 diz respeito ao AFMP referente ao exercício económico de 2010. A análise às contas dos municípios feita no AFMP é apresentada numa perspectiva nacional, identificando-se através de *rankings* os maiores/melhores e menores/piiores municípios para os mais diversos indicadores. Por outro lado, e de forma a melhorar a comparabilidade entre municípios, a análise é normalmente enquadrada pela dimensão dos municípios em grandes, médios e pequenos. Contudo, a informação apresentada não permite uma análise global e detalhada de todos os municípios, pelo que, apenas conseguimos identificar o valor por indicador de cada município do distrito de Setúbal, quando estes se inserem nos mais ou menos em cada indicador. Esta é uma das principais conclusões do estudo de Teixeira *et al.* (2013), que tendo por base a insuficiência dessa informação, elaborou um ranking de performance dos municípios do distrito de Setúbal de acordo com a metodologia apresentada no AFMP relativo ao ano de 2008 (Carvalho *et al.*, 2010). O estudo publicado por Teixeira *et al.* (2013) tinha no entanto, um objetivo mais alargado e que passava por uma análise à divulgação de indicadores de desempenho nos municípios do distrito de Setúbal, o qual incluía igualmente a

² <https://appls.portalautarquico.pt/portalaularquico/>

identificação dos indicadores que essas entidades divulgavam nos seus Relatórios de Gestão. A análise teve por base a prestação de contas relativa ao ano de 2008 e permitiu identificar uma prática diversificada de divulgação, sendo que, foram identificados 159 indicadores diferentes (115 de caráter orçamental e 44 económicos e/ou patrimoniais). Os autores constataram que as práticas diferenciadas eram um entrave à comparabilidade da informação orçamental, económica e patrimonial entre os municípios do distrito de Setúbal e que a mesma não era possível de inferir por completo recorrendo ao AFMP. Neste sentido, o presente estudo apresenta-se como uma extensão de trabalhos anteriores dos autores, procurando-se uma análise orçamental, económica e patrimonial mais detalhada e que garante uma melhor análise comparativa entre os municípios. Por outro lado, esta análise é efetuada para dois anos (2010 e 2011) permitindo igualmente uma análise evolutiva do desempenho destas entidades. O estudo de Galera *et al.* (2008) analisa a existência de barreiras para a aplicação normalizada de indicadores de desempenho dos municípios, reforçando que a relevância e utilidade destes indicadores aumentam substancialmente se permitir a análise comparativa entre entidades públicas similares. Semelhantes conclusões podem ser retiradas igualmente do estudo de Ahmad e Broussine (2003).

Assim, nesta análise aos municípios do distrito de Setúbal iremos apresentar o seu posicionamento num conjunto de indicadores selecionados, a partir da análise dos documentos da sua prestação de contas. A seleção e cálculo dos indicadores tiveram igualmente por base a metodologia seguida pelo AFMP, embora seja de salientar que este estudo não pretende evidenciar um *ranking* dos municípios, mas a apresentação ordenada por grandeza de valores, tendo por referência o ano 2011. Tal como no AFMP não apresentamos indicadores resultantes da contabilidade de custos, em virtude da falta ou fraca implementação deste sistema contabilístico. Outro aspeto relevante é que, no presente estudo apenas serão analisados municípios, uma vez que, apenas estas entidades apresentam contas de acordo com o POCAL. No âmbito dos municípios, excluimos as empresas municipais por estarem sujeitas ao Sistema de Normalização Contabilística e os serviços municipalizados ou outras instituições, por questões de exequibilidade.

Para o cálculo e análise dos indicadores, foi necessário a recolha dos principais documentos de prestação de contas dos municípios, nomeadamente, o Balanço, a Demonstração dos Resultados e os Mapas de Execução Orçamental de Receita e Despesa, individuais. Os mapas recolhidos dizem respeito aos anos de 2010 e 2011 e foram obtidos nos respectivos sítios na

Internet, onde os municípios devem publicitar os seus documentos de prestação de contas de acordo com o n.º 2 do artigo 49.º da Lei das Finanças Locais. A metodologia deste trabalho assenta numa análise de conteúdo procedendo-se à recolha e tratamento da informação mediante quadros e estatística descritiva. Dessa análise, obteve-se em cada indicador o valor individual de cada município.

De seguida, apresenta-se uma breve caracterização dos municípios do distrito de Setúbal. Posteriormente, efetua-se a análise dos indicadores por município pela apresentação dos indicadores orçamentais, os quais tiveram por base os mapas de execução orçamental da receita e da despesa. De seguida, são apresentados os indicadores patrimoniais (económico-financeiros) tendo por base a análise do Balanço e Demonstração dos Resultados. Sendo que em cada tabela será apresentado a negrito a coluna pela qual são ordenados os municípios e tendo por base os dados de 2011. Contudo, para melhor evidenciar a evolução dos municípios em cada indicador, é apresentado igualmente o ano de 2010, o que permite obter a variação nos anos em análise.

3 – Estudo de Caso

3.1 Breve Caracterização dos Municípios do Distrito de Setúbal

Os municípios portugueses são bastante heterógenos, podendo apresentar dimensões muito distintas, o que tem efeito direto no valor dos indicadores calculados. Desta forma, é importante enquadrar os municípios por grandeza. O AFMP enquadra os municípios em três dimensões:

- Pequenos: população menor ou igual a 20.000 habitantes;
- Médios: população maior que 20.000 habitantes e menor ou igual a 100.000 habitantes;
- Grandes: com população superior a 100.000 habitantes.

Na tabela 2, identifica-se o número de municípios portugueses por dimensão, bem como o seu peso percentual a nível nacional. Podemos observar que os grandes municípios representam apenas 7,5% do universo de municípios, sendo de pequena dimensão, a maioria dos municípios portugueses.

Tabela 2 – Municípios Portugueses por Dimensão

Pequenos	Médios	Grandes
179 Municípios	106 Municípios	23 Municípios
58,1%	34,4%	7,5%

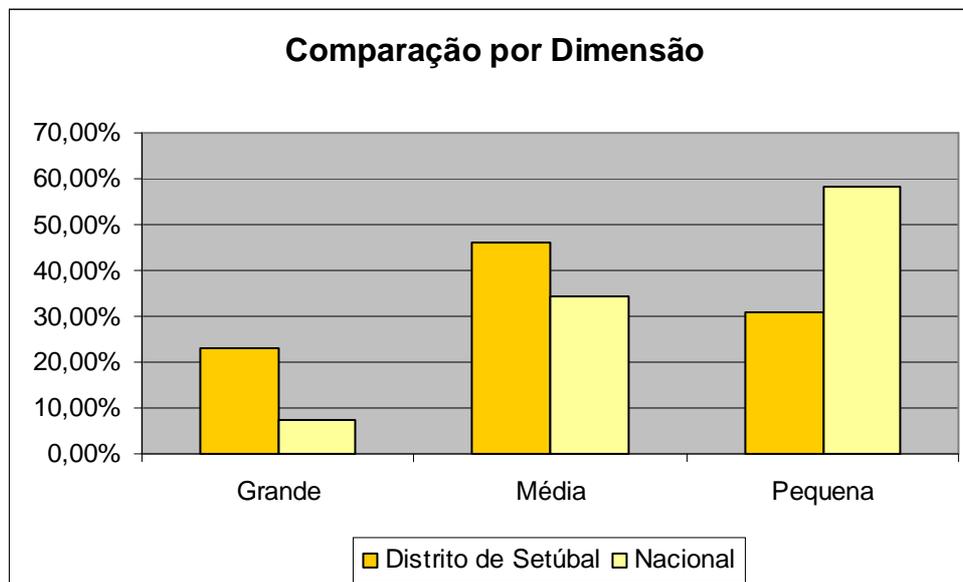
No distrito de Setúbal existem 13 municípios que no seu conjunto englobam 82 freguesias e uma área de 5.095 Km². Pela tabela 3, podemos verificar que existem 3 municípios de grande dimensão, 6 de média dimensão e 4 de pequena dimensão.

Tabela 3 - Caracterização dos Municípios do Distrito de Setúbal

Município	Freguesias	Áreas (Km ²)	Nº de Habitantes
			2011
Grande Dimensão			
Almada	11	70	174.030
Seixal	6	96	158.269
Setúbal	8	172	121.185
Média Dimensão			
Barreiro	8	32	78.764
Moita	6	55	66.029
Palmela	5	463	62.831
Montijo	8	348	51.222
Sesimbra	3	195	49.500
Santiago do Cacém	11	1.060	29.749
Pequena Dimensão			
Alcochete	3	129	17.569
Grândola	5	807	14.826
Sines	2	203	14.238
Alcácer do Sal	6	1.465	13.046
TOTAL	82	5.095	851.258

Quando se compara a estrutura, por dimensão, dos municípios do distrito de Setúbal com o verificado a nível nacional, constata-se que o distrito de Setúbal se caracteriza por ter uma maior preponderância dos municípios de média dimensão (46,1%), face ao verificado no país, onde os municípios de pequena dimensão, são numericamente os mais representativos (58,1%).

Gráfico 1 – Comparação, por dimensão, do Distrito de Setúbal com a realidade Nacional



3.2 - Análise à Execução Orçamental

Os mapas de controlo orçamental da receita e despesa efetuam uma síntese da realização do orçamento previsto. As tabelas seguintes identificam os principais resultados referentes à receita cobrada e despesa paga nos exercícios de 2010 e 2011, bem como o seu grau de execução e nível de evolução.

A tabela 4 identifica a receita cobrada pelos municípios do distrito de Setúbal, apresentando-se igualmente o seu grau de execução face à receita que foi inicialmente prevista. A tabela está ordenada pelo valor total de receita cobrada (ou executada) no ano de 2011, onde como expetável, se evidenciam os municípios com maior número de habitantes, nomeadamente Almada com 82.845.306€ de receita, Seixal com 74.581.783€ e Setúbal com 61.968.623€. Com menor valor de receitas encontram-se os municípios com menor número de habitantes ou de zonas de maior interioridade. Face ao ano de 2010, a posição dos municípios com maior e menor total de receitas manteve-se praticamente inalterada, embora se destaque a subida de posição do município de Santiago do Cacém.

Tabela 4 – Receita Prevista e Cobrada dos Municípios e seu Grau de Execução

Municípios	Receita Total 2010			Receita Total 2011			Variação 2010 / 2011		
	Prevista	Cobrada	Grau de Exec	Prevista	Cobrada	Grau de Exec	Receita Cobrada		Grau de Exec
Almada	92.885.983	88.612.752	95,4%	83.626.364	82.854.306	99,1%	-5.758.446	-6,5%	3,7%
Seixal	131.362.610	81.606.977	62,1%	119.990.000	74.581.783	62,2%	-7.025.194	-8,6%	0,0%
Setúbal	112.588.346	57.809.844	51,3%	113.542.000	61.968.623	54,6%	4.158.779	7,2%	3,2%
Palmela	58.690.914	43.468.950	74,1%	56.911.567	41.316.652	72,6%	-2.152.298	-5,0%	-1,5%
Sesimbra	64.673.743	40.108.239	62,0%	64.890.685	38.772.116	59,7%	-1.336.123	-3,3%	-2,3%
Barreiro	63.802.915	42.149.991	66,1%	60.349.785	36.836.099	61,0%	-5.313.892	-12,6%	-5,0%
Moita	36.375.951	30.586.738	84,1%	37.236.467	30.473.507	81,8%	-113.231	-0,4%	-2,2%
Santiago do Cacém	39.646.600	24.107.064	60,8%	40.827.400	26.850.970	65,8%	2.743.906	11,4%	5,0%
Montijo	40.930.351	33.536.641	81,9%	37.976.252	25.736.743	67,8%	-7.799.898	-23,3%	-14,2%
Sines	46.910.905	23.685.614	50,5%	52.361.241	22.489.990	43,0%	-1.195.624	-5,0%	-7,5%
Grândola	37.784.301	30.353.798	80,3%	29.801.520	21.338.927	71,6%	-9.014.871	-29,7%	-8,7%
Alcácer do Sal	27.270.665	18.853.034	69,1%	27.856.560	18.233.896	65,5%	-619.138	-3,3%	-3,7%
Alcochete	21.382.542	14.322.906	67,0%	20.850.998	13.283.657	63,7%	-1.039.249	-7,3%	-3,3%
Média Distrital	59.561.987	40.707.888	69,6%	57.401.603	38.056.713	66,8%	-2.651.175	-6,6%	-2,8%

A tendência de variação de 2010 para 2011 foi essencialmente negativa, sendo exceção a subida do nível de receitas nos municípios de Setúbal e Santiago do Cacém. As descidas mais acentuadas referem-se aos municípios de Grândola com -29,7% e do Montijo com -23,3% de receitas totais. Pela média distrital de 38.056.713€ de receita cobrada total pode-se observar alguma assimetria no nível de receitas totais dos municípios, sendo que 5 estão acima da média e 8 abaixo.

Sendo a receita total, um indicador correlacionado com a dimensão do município, é fundamental numa perspectiva relativa, a análise do grau de cumprimento do orçamento de receita através da comparação entre a receita prevista e a concretizada (cobrada). No ano de 2011, destaca-se o município de Almada com um grau de execução de 99,1%, seguido da Moita com 81,8%. O município de Sines apresenta o menor grau de execução, com 43,0%, sendo que o Montijo apresenta a maior quebra no grau de execução (14,2% que em 2010).

Tabela 5 – Receita Própria

Municípios	Receita Própria 2010				Receita Própria 2011				Variação 2010 / 2011	
	Prevista	Cobrada	Grau de Execução	Peso nas Receitas Totais	Prevista	Cobrada	Grau de Execução	Peso nas Receitas Totais	Receita Própria Cobrada	
Almada	60.636.048	57.493.522	94,8%	64,9%	54.066.164	57.537.098	106,4%	69,4%	43.576	0,1%
Seixal	108.512.266	63.273.476	58,3%	77,5%	93.757.086	53.789.277	57,4%	72,1%	-9.484.199	-15,0%
Setúbal	88.963.245	41.700.101	46,9%	72,1%	94.513.298	42.885.735	45,4%	69,2%	1.185.634	2,8%
Palmela	40.686.367	28.031.100	68,9%	64,5%	43.404.373	30.022.276	69,2%	72,7%	1.991.176	7,1%
Sesimbra	46.416.080	30.997.982	66,8%	77,3%	44.847.579	27.863.629	62,1%	71,9%	-3.134.353	-10,1%
Barreiro	48.802.635	29.255.895	59,9%	69,4%	47.361.169	25.619.928	54,1%	69,6%	-3.635.967	-12,4%
Moita	21.172.569	17.647.982	83,4%	57,7%	21.645.326	17.084.728	78,9%	56,1%	-563.254	-3,2%
Montijo	22.826.237	19.190.083	84,1%	57,2%	22.446.103	15.741.387	70,1%	61,2%	-3.448.696	-18,0%
Sines	36.756.720	17.491.588	47,6%	73,8%	39.230.040	12.950.617	33,0%	57,6%	-4.540.971	-26,0%
Grândola	25.680.134	21.664.170	84,4%	71,4%	15.120.323	10.549.466	69,8%	49,4%	-	-51,3%
Santiago do Cacém	23.822.400	10.109.466	42,4%	41,9%	19.150.200	10.510.893	54,9%	39,1%	401.427	4,0%
Alcochete	13.867.094	10.189.945	73,5%	71,1%	14.035.095	7.561.927	53,9%	56,9%	-2.628.018	-25,8%
Alcácer do Sal	13.898.168	7.300.667	52,5%	38,7%	12.907.312	6.549.643	50,7%	35,9%	-751.024	-10,3%
Média Distrital	42.464.613	27.257.398	66,4%	64,4%	40.191.082	24.512.816	62,0%	60,1%	-2.744.567	-12,2%

A tabela 5 evidencia as receitas próprias por município, estando ordenada pela coluna de receita própria cobrada em 2011. As receitas próprias representam as receitas que o município consegue gerar, retirando-se para o efeito as receitas provenientes de transferência do Estado (correntes e de capital), bem com, as decorrentes de passivos financeiros (financiamentos contraídos a instituições financeiras). Breve análise aos dados permite evidenciar que os municípios apresentam uma posição semelhante à verificada no total de receitas. O município de Santiago do Cacém é aquele que mais desce face à sua posição no total de receitas, sendo em 2011 o segundo com menor peso das receitas próprias, com apenas 39,1%. Palmela apresenta o melhor rácio de receitas próprias, situando-se nos 72,7%. Sendo a média de independência financeira do distrito em 2011 de 60,1%, juntamente com Palmela, apenas mais dois municípios apresentam um rácio superior a 70%, nomeadamente Seixal e Sesimbra. O município de Alcácer do Sal encerra a lista com as receitas próprias cobradas a representar 35,9% das receitas totais cobradas. De 2010 para 2011 verifica-se que a maioria dos municípios sofreu um decréscimo no valor das suas receitas próprias, sendo as quebras nos municípios de Grândola, Sines, e Alcochete, as mais acentuadas percentualmente. Por outro lado, o município de Palmela foi o que mais cresceu a este nível.

Quanto ao grau de execução das receitas próprias, em 2011, é liderado largamente pelo município de Almada (106,4%), tal como já se verificava no grau de execução total. Já o município de Sines apresenta o menor grau de execução das receitas próprias, com 33%. A análise do grau de execução é extremamente importante, sabendo-se que um orçamento público deve ser equilibrado, isto é, as receitas estimadas devem cobrir as despesas previstas. Desta forma, a baixa concretização das receitas previstas condiciona a realização das despesas orçamentadas, especialmente ao nível do seu pagamento.

A tabela 6 evidencia o total de despesa executada, ou seja, a despesa paga no exercício, bem como o seu grau de execução face às previsões. Estando ordenada pelo total de despesa paga em 2011, verifica-se que os municípios com maior valor total de despesa estão associados à sua dimensão, tal como já verificado ao nível das receitas. Contudo, no que toca ao total de despesa, Seixal é o município que apresenta um maior valor, trocando de posição com Almada face ao nível de receitas. Podemos observar que o nível de despesa paga está dependente do nível de receitas cobradas, pelo que não são expetáveis alterações

significativas na posição dos municípios. Desta forma, podemos verificar que Alcácer do Sal e Alcochete encerram igualmente a tabela no valor total da despesa paga em 2011.

Tabela 6 – Despesa Total Paga

Municípios	Despesa Total 2010			Despesa Total 2011			Variação 2010 / 2011		
	Prevista	Paga	Grau de Execução	Prevista	Paga	Grau de Execução	Despesa Paga		Grau de Execução
Seixal	131.362.610	80.041.502	60,9%	119.990.000	74.579.885	62,2%	-5.461.617	-6,8%	1,2%
Almada	92.885.983	76.401.482	82,3%	83.626.364	73.857.052	88,3%	-2.544.430	-3,3%	6,1%
Setúbal	112.588.346	60.950.900	54,1%	113.542.000	61.248.139	53,9%	297.239	0,5%	-0,2%
Palmela	58.690.914	43.117.133	73,5%	56.911.567	39.966.704	70,2%	-3.150.429	-7,3%	-3,2%
Sesimbra	64.673.743	40.176.020	62,1%	64.890.685	38.815.583	59,8%	-1.360.437	-3,4%	-2,3%
Barreiro	63.799.704	40.582.992	63,6%	60.349.785	35.632.416	59,0%	-4.950.576	-12,2%	-4,6%
Moita	36.375.951	30.365.894	83,5%	37.236.467	30.255.491	81,3%	-110.403	-0,4%	-2,2%
Santiago do Cacém	39.646.600	24.001.015	60,5%	40.827.400	26.732.618	65,5%	2.731.603	11,4%	4,9%
Montijo	40.930.351	34.552.348	84,4%	37.976.252	25.990.706	68,4%	-8.561.642	-24,8%	-16,0%
Sines	46.910.905	23.105.331	49,3%	52.361.241	23.491.641	44,9%	386.310	1,7%	-4,4%
Grândola	37.784.801	28.837.553	76,3%	29.801.520	20.371.180	68,4%	-8.466.373	-29,4%	-8,0%
Alcácer do Sal	27.270.665	17.562.353	64,4%	27.856.560	17.577.555	63,1%	15.202	0,1%	-1,3%
Alcochete	21.382.542	14.031.474	65,6%	20.850.998	12.817.766	61,5%	-1.213.708	-8,6%	-4,1%
Média Distrital	59.561.778	39.517.384	67,7%	57.401.603	37.025.903	65,1%	-2.491.482	-6,4%	-2,6%

Relativamente a 2010, a maioria dos municípios teve um decréscimo na despesa executada, com destaque para Grândola (-29,4%) e Montijo (-24,8%). No sentido contrário, e à semelhança do que se tinha observado na receita, o município de Santiago do Cacém teve o maior crescimento da despesa com mais 2.731.603€(+11,4%).

Dentro da análise que nos propusemos efetuar com base na despesa, apresentamos de seguida a tabela relativa às despesas correntes e de capital, executadas nos anos de 2010 e 2011 nos municípios do distrito de Setúbal. Efetuando a ordenação pela despesa de capital de 2011, que corresponde ao somatório dos Investimentos, Locação Financeira e Bens do Domínio Público, verifica-se que os municípios de grande dimensão são os que apresentam maiores valores absolutos embora haja relativamente à ordenação por número de habitantes, uma troca de posição de Almada com o Seixal, que nesta análise se posiciona em primeiro lugar. Se

continuarmos a análise da despesa de capital, por dimensão, verificamos as alterações mais significativas ocorrem nos municípios de Sines e do Montijo, dado que, embora o primeiro seja de pequena dimensão, ocupa o 5º lugar nesta ordenação, enquanto que o segundo é de média dimensão e surge em penúltimo lugar, correspondendo o seu valor a cerca de 39% da média do distrito cujo montante ascende a 9.877.002 €

Se analisarmos a variação ocorrida de 2010 para 2011, salientam-se pelo desinvestimento verificado, os municípios do Montijo (-63,6%) e o de Grândola (- 59,2%) e pelo investimento ocorrido, os municípios de Sines (50,7%) e o de Santiago de Cacém (50,6%).

Tabela 7 – Despesa Corrente e de Capital

Municípios	Despesa 2010		Despesa 2011		Variação 2010 / 2011	
	Corrente	Capital	Corrente	Capital	Corrente	Capital
Seixal	47.578.278	32.463.224	45.678.866	28.901.019	-4,0%	-11,0%
Almada	57.908.260	18.493.223	54.996.276	18.860.776	-5,0%	2,0%
Setúbal	45.716.414	15.234.486	45.642.823	15.605.316	-0,2%	2,4%
Sesimbra	29.682.713	10.493.307	28.882.746	9.932.837	-2,7%	-5,3%
Sines	17.328.285	5.777.046	14.786.601	8.705.040	-14,7%	50,7%
Santiago do Cacém	18.848.956	5.152.060	18.971.553	7.761.064	0,7%	50,6%
Barreiro	29.538.028	11.044.964	27.903.506	7.728.910	-5,5%	-30,0%
Moita	24.072.597	6.293.297	22.649.049	7.606.443	-5,9%	20,9%
Palmela	33.076.522	10.040.612	33.253.665	6.713.039	0,5%	-33,1%
Grândola	16.394.906	12.442.647	15.293.882	5.077.298	-6,7%	-59,2%
Alcácer do Sal	13.172.994	4.389.359	12.898.212	4.679.344	-2,1%	6,6%
Montijo	23.867.220	10.685.128	22.104.560	3.886.146	-7,4%	-63,6%
Alcochete	11.550.731	2.480.742	9.873.707	2.944.059	-14,5%	18,7%
Média Distrital	28.364.300	11.153.084	27.148.880	9.877.022	-5,2%	-3,9%

Relativamente à despesa corrente executada no período em análise e que se evidencia também na tabela 7, verificamos que os três municípios de grande dimensão, são com esperado, os que apresentam maior nível de execução e ordenam-se de acordo com o número de habitantes, ou seja, Almada surge em primeiro lugar, seguida do Seixal e de Setúbal. No que respeita à variação dos dois anos analisados, verificamos que há uma redução generalizada de 2010 para 2011 da execução da despesa corrente, sendo as mais significativas em Sines (-14,7%) e em Alcochete (-14,5%). Santiago do Cacém e Palmela contrariam essa tendência por valores inferiores a 1%. Em média, no distrito, a despesa corrente executada, desceu 5,2%.

Tabela 8 – Grau de Cobertura da Despesa pela Receita

Municípios	Grau de execução da receita liquidada relativamente às despesas comprometidas		Grau de execução da receita cobrada relativamente à despesa paga	
	2010	2011	2010	2011
Almada	111,0%	108,4%	116,0%	112,2%
Seixal	80,8%	100,2%	102,0%	100,0%
Moita	93,6%	88,2%	100,7%	100,7%
Montijo	86,7%	82,4%	97,1%	99,0%
Grândola	92,1%	80,6%	105,3%	104,8%
Palmela	88,4%	80,3%	100,8%	103,4%
Alcácer do Sal	89,8%	79,6%	107,3%	103,7%
Santiago do Cacém	76,2%	78,2%	100,4%	100,4%
Alcochete	78,0%	75,8%	102,1%	103,6%
Barreiro	n.d.	68,5%	103,9%	103,4%
Sesimbra	69,9%	66,0%	99,8%	99,9%
Setúbal	62,3%	61,5%	94,8%	101,2%
Sines	74,9%	59,7%	102,5%	95,7%
Média Distrital	77,2%	79,2%	102,5%	102,2%

Na tabela anterior apresentam-se dois indicadores de extrema importância na análise da performance orçamental. O primeiro indicador representa o grau de execução da receita liquidada face às despesas comprometidas, sendo que receita liquidada é toda aquela que foi emitida (reconhecido o direito a receber) e a despesa comprometida no mapa final de controlo orçamental, é a despesa que terá de ser paga pelo município no ano em análise ou nos próximos. Neste sentido, é um rácio de grande importância porque permite aferir da capacidade que o município terá em pagar os seus compromissos com a receita liquidada. Em 2011, podemos verificar que Sines, Setúbal, Sesimbra e Barreiro apresentam um grau de cobertura da despesa comprometida abaixo dos 70%, o que tem implicações futuras, pois a despesa comprometida não coberta terá de ser paga na sua maioria por receita de exercícios futuros. Os municípios de Almada e Seixal são os únicos, em 2011, a apresentar um grau de cobertura superior a 100%, sendo Almada o único município a apresentar cobertura total da despesa comprometida de 2010. Quanto ao segundo indicador que representa o grau de execução da receita cobrada relativamente à despesa paga é expectável que o rácio ronde os 100%. Esta situação decorre de os pagamentos de despesas estarem dependentes do recebimento das receitas liquidadas.

3.3 - Análise Económico-Financeira (Patrimonial)

Ao nível do ativo total que, representa o volume de investimento na atividade dos municípios, verificamos que Almada, Setúbal e Seixal são aqueles que exigem mais fontes de financiamento, conforme expectável, dadas as suas dimensões. Para além disso, observa-se também que foi nos municípios do Seixal (18,7%), de Alcochete (12,8%) e de Grândola (12,2%), onde o volume de investimento aumentou mais em termos percentuais de 2010 para 2011. A média de crescimento do ativo dos municípios do distrito de Setúbal durante os anos analisados foi de 5,5%.

Tabela 9 – Análise do Ativo Total

Municípios	2010	2011	Variação 2010 /2011
	Ativo Total	Ativo Total	
Almada	346.405.102	380.182.946	9,8%
Setúbal	309.326.961	319.850.301	3,4%
Seixal	152.981.335	181.639.522	18,7%
Moita	147.824.028	150.733.223	2,0%
Palmela	153.273.558	147.204.734	-4,0%
Sesimbra	144.525.384	143.236.347	-0,9%
Montijo	97.277.683	96.350.698	-1,0%
Sines	85.718.070	94.089.069	9,8%
Barreiro	84.169.087	85.933.158	2,1%
Santiago do Cacém	63.013.981	68.186.194	8,2%
Grândola	51.924.160	58.253.865	12,2%
Alcácer do Sal	56.237.319	57.194.727	1,7%
Alcochete	29.908.619	33.748.304	12,8%
Média Distrital	132.506.561	139.738.699	5,5%

No que diz respeito à estrutura das fontes de financiamento (tabela 9), constata-se que os municípios com maior peso do passivo na atividade são Alcochete (60,9%), Barreiro (60,8%), Seixal (57,7%) e Sines (51,8%), com valores superiores a 50%. Por outro lado, embora a média deste indicador se situe em cerca de 40%, os municípios de Alcácer do Sal (21,2%), Almada (20,8%), Moita (20,8%) e Palmela (23,6%) apresentam valores na ordem dos 20%. Em simultâneo, observa-se também que de 2010 para 2011 onde o endividamento aumentou mais, em termos percentuais, foi nos municípios de Alcochete (40,4%), de Grândola (35,2%) e do Seixal (32,7%). A média do crescimento do passivo dos municípios do distrito de Setúbal durante os anos analisados foi de 13,7%.

Tabela 10 – Análise do Passivo Total e os Fundos Próprios

Municípios	2010				2011				Variação 2010 / 2011	
	Passivo Total	Peso do Passivo	Fundos Próprios	Peso dos Fundos Próprios	Passivo Total	Peso do Passivo	Fundos Próprios	Peso dos Fundos Próprios	Passivo Total	Fundos Próprios
Setúbal	107.341.778	34,7%	201.985.183	65,3%	118.716.978	37,1%	201.133.323	62,9%	10,6%	-0,4%
Seixal	78.936.063	51,6%	74.045.272	48,4%	104.745.591	57,7%	76.893.931	42,3%	32,7%	3,9%
Almada	65.846.236	19,0%	280.558.866	81,0%	78.923.424	20,8%	301.259.522	79,2%	19,9%	7,4%
Barreiro	49.837.571	59,2%	34.331.516	40,8%	52.227.628	60,9%	33.705.530	39,2%	4,8%	-1,8%
Sines	43.179.397	50,4%	42.538.673	49,6%	48.766.209	51,8%	45.322.860	48,2%	12,9%	6,6%
Sesimbra	41.074.159	28,4%	103.451.225	71,6%	45.628.931	31,9%	97.607.416	68,1%	11,1%	-5,7%
Palmela	35.375.100	23,1%	117.898.458	76,9%	34.730.891	23,6%	112.473.843	76,4%	-1,8%	-4,6%
Santiago do Cacém	28.695.451	45,5%	34.318.530	54,5%	33.162.350	48,6%	35.023.844	51,4%	15,6%	2,1%
Moita	31.954.909	21,6%	115.869.119	78,4%	31.316.804	20,8%	119.416.419	79,2%	-2,0%	3,1%
Montijo	31.840.267	32,7%	65.437.416	67,3%	31.018.082	32,2%	65.332.616	67,8%	-2,6%	-0,2%
Grândola	19.701.850	37,9%	32.222.310	62,1%	26.644.940	45,7%	31.608.925	54,3%	35,2%	-1,9%
Alcochete	14.642.384	49,0%	15.266.235	51,0%	20.554.725	60,9%	13.193.579	39,2%	40,4%	-13,6%
Alcácer do Sal	13.422.004	23,9%	42.815.315	76,1%	12.145.988	21,2%	45.048.739	78,8%	-9,5%	5,2%
Média Distrital	43.219.013	36,7%	89.287.548	63,3%	49.121.734	39,5%	90.616.965	60,5%	13,7%	1,5%

Relativamente à análise comparativa do peso percentual dos Bens do Domínio Público (BDP) no Ativo de todos os municípios do distrito de Setúbal, verifica-se que em termos de média, o seu peso ronda, em 2011, os 19%, todavia, não há um comportamento homogéneo ao nível de cada município, sendo visível, por valores extremos, que em 2011, os BDP em Palmela representam 47,3% do Ativo, enquanto que no Barreiro, o seu valor é de 3,0% (tabela 11).

Tabela 11 – Análise comparativa dos Bens de Domínio Público com o Ativo Total

Municípios	Indicadores Patrimoniais 2010		Indicadores Patrimoniais 2011		% BDP/Ativo Total 2010	% BDP/Ativo Total 2011
	Ativo Total	Bens de Domínio Público	Ativo Total	Bens de Domínio Público		
Palmela	153.273.558	73.114.224	147.204.734	69.569.348	47,7%	47,3%
Moita	147.824.028	48.406.428	150.733.223	49.604.604	32,8%	32,9%
Santiago Cacém	63.013.981	19.064.038	68.186.194	22.404.822	30,3%	32,9%
Sines	85.718.070	24.938.455	94.089.069	28.060.994	29,1%	29,8%
Alcácer do Sal	56.237.319	13.081.214	57.194.727	12.566.583	23,3%	22,0%
Grândola	51.924.160	11.601.650	58.253.865	11.795.687	22,3%	20,3%
Alcochete	29.908.619	5.720.167	33.748.304	5.986.864	19,1%	17,7%
Almada	346.405.102	55.184.010	380.182.946	62.004.997	15,9%	16,3%
Sesimbra	144.525.384	23.642.456	143.236.347	22.686.978	16,4%	15,8%
Setúbal	309.326.961	46.939.615	319.850.301	44.766.734	15,2%	14,0%
Montijo	97.277.683	8.668.431	96.350.698	8.185.433	8,9%	8,5%
Seixal	152.981.335	12.002.642	181.639.522	11.948.667	7,9%	6,6%
Barreiro	84.169.087	2.146.683	85.933.158	2.596.947	2,6%	3,0%
Média Distrital	132.506.561	26.500.770	139.738.699	27.090.666	20,0%	19,4%

Todavia, se a comparação dos BDP, por município do distrito, for efetuada com os respetivos Fundos Próprios, verifica-se que, em 2011, o maior peso (64,0%) corresponde ao município de Santiago do Cacém, enquanto que, o que tem um valor mais reduzido (7,7%) é o município do Barreiro. Mais uma vez é patente a heterogeneidade de comportamentos face à média do distrito que se situa em 29,9%, conforme se pode verificar na tabela 12.

Tabela 12 – Análise comparativa dos Bens de Domínio Público com os Fundos Próprios

Municípios	Indicadores Patrimoniais 2010		Indicadores Patrimoniais 2011		%	%
	Fundos Próprios	Bens de Domínio Público	Fundos Próprios	Bens de Domínio Público	BDP/ Fundos Próprios 2010	BDP/ Fundos Próprios 2011
Santiago Cacém	34.318.530	19.064.038	35.023.844	22.404.822	55,6%	64,0%
Sines	42.538.673	24.938.455	45.322.860	28.060.994	58,6%	61,9%
Palmela	117.898.458	73.114.224	112.473.843	69.569.348	62,0%	61,9%
Alcochete	15.266.235	5.720.167	13.193.579	5.986.864	37,5%	45,4%
Moita	115.869.119	48.406.428	119.416.419	49.604.604	41,8%	41,5%
Grândola	32.222.310	11.601.650	31.608.925	11.795.687	36,0%	37,3%
Alcácer do Sal	42.815.315	13.081.214	45.048.739	12.566.583	30,6%	27,9%
Sesimbra	103.451.225	23.642.456	97.607.416	22.686.978	22,9%	23,2%
Setúbal	201.985.183	46.939.615	201.133.323	44.766.734	23,2%	22,3%
Almada	280.558.866	55.184.010	301.259.522	62.004.997	19,7%	20,6%
Seixal	74.045.272	12.002.642	76.893.931	11.948.667	16,2%	15,5%
Montijo	65.437.416	8.668.431	65.332.616	8.185.433	13,2%	12,5%
Barreiro	34.331.516	2.146.683	33.705.530	2.596.947	6,3%	7,7%
Média Distrital	89.287.548	26.500.770	90.616.965	27.090.666	29,7%	29,9%

Na tabela 13 apresenta-se, para os anos de 2010 e 2011, por um lado, as dívidas a terceiros totais (todo o passivo menos provisões e diferimentos) e por habitante, quer por município, quer a nível distrital e por outro, a variação verificada, em valor percentual, nesses dois anos.

Como se pode observar, analisando as dívidas a terceiros em valor absoluto, verificamos que em 2011, a média do distrito se situa nos 36.588.985€e que o valor mais elevado desse ano é o relativo ao município do Seixal (100.464.374 €) seguido do de Setúbal (85.881.083€). Em 2010 eram também estes dois municípios que apresentavam valores mais elevados no distrito, embora trocando a posição. O município que apresenta um menor nível de dívidas a terceiros é Alcácer do Sal (3.248.391€). Desta análise ainda se constata que os três municípios de grande dimensão são os que apresentam um maior nível de endividamento face a terceiros. A mesma análise comparativa entre dívidas a terceiro e dimensão do município, mostra que o que apresenta menor endividamento, é o menor dos de pequena dimensão.

Por outro lado, quando se analisa percentualmente a variação das dívidas a terceiros nesses dois anos, verifica-se que o maior aumento se verifica no município de Alcochete (62.5%) e que Alcácer do Sal é o município que apresenta uma maior redução de endividamento face a terceiros (-42,9%). O município do Seixal apresenta um agravamento da dívida a terceiros na ordem dos 46,9%. As dívidas a terceiros, entre 2010 e 2011, cresceram 15,7% apresentando em termos absolutos um aumento de 4.974.121€

Tabela 13 – Análise Comparativa das Dívidas a Terceiros

Municípios	2010		2011		Variação 2010 / 2011
	Dívidas a terceiros	Dívidas a terceiros p/ habitante	Dívidas a terceiros	Dívidas a terceiros p/ habitante	
Seixal	68.399.465	432	100.464.374	635	46,9%
Setúbal	80.012.354	660	85.881.083	709	7,3%
Almada	42.412.674	244	51.136.044	294	20,6%
Barreiro	36.750.344	467	43.933.030	558	19,5%
Sesimbra	32.837.729	663	36.161.482	731	10,1%
Moita	29.921.325	453	30.739.537	466	2,7%
Palmela	28.882.752	460	28.454.076	453	-1,5%
Sines	23.662.055	1.662	26.398.588	1.854	11,6%
Santiago Cacém	20.880.786	702	21.138.758	711	1,2%
Montijo	20.994.823	410	19.683.773	384	-6,2%
Grândola	11.818.154	797	14.235.864	960	20,5%
Alcochete	8.730.173	497	14.181.800	807	62,5%
Alcácer do Sal	5.690.599	436	3.248.391	249	-42,9%
Média Distrital	31.614.864	606	36.588.985	678	15,7%

Uma perspetiva de análise relativamente ao endividamento dos municípios do distrito de Setúbal face a terceiros é a verificada por habitante. Assim, dessa análise efetuada tendo como referência o número de habitantes em cada município em 2011, constata-se que a média distrital se situa em 678€. Em termos absolutos, o município com maior dívida a terceiros por habitante é Sines apresentando um valor de 1.854€ em 2011. No mesmo ano, o município com um endividamento por habitante mais baixo é o de Alcácer do Sal (249€).

Relativamente ao Prazo Médio de Pagamentos (PMP), informação disponibilizada no sítio da internet da Direção Geral das Autarquias Locais, os municípios do distrito apresentam um agravamento médio de 75 dias. Constata-se que no ano de 2010, existiam 5 municípios com prazos superiores a 90 dias, para pagamento das suas dívidas. Em 2011, o número de municípios que apresentam um prazo médio de pagamentos superior a 90 dias, aumentou para 12 municípios, tendo os municípios do Barreiro e de Alcochete aumentado em 231 dias e 133

dias, respectivamente os seus PMP. Assim, apenas Almada (15 dias) apresenta um prazo inferior a 90 dias.

Tabela 14 – Análise dos Prazos Médios de Pagamentos

Municípios	2010	2011	Variação em dias de 2010 / 2011
	Prazo Médio de Pagamentos	Prazo Médio de Pagamentos	
Barreiro	160	391	231
Sesimbra	213	281	68
Alcochete	107	240	133
Setúbal	146	238	92
Seixal	178	234	56
Montijo	95	200	105
Sines	173	190	17
Santiago Cacém	159	145	-14
Palmela	51	126	75
Moita	46	121	75
Alcácer do Sal	52	104	52
Grândola	20	92	72
Almada	9	15	6
Média Distrital	108	183	75

Tabela 15 – Análise do Passivo Financeiro

Municípios	2010	2011	Variação 2010 / 2011
	Passivo Financeiro	Passivo Financeiro	
Setúbal	57.392.310	54.643.538	-4,8%
Seixal	43.417.822	45.531.399	4,9%
Almada	38.684.958	41.131.475	6,3%
Moita	25.397.113	23.362.012	-8,0%
Barreiro	22.633.429	19.364.229	-14,4%
Palmela	20.013.072	18.598.259	-7,1%
Sesimbra	12.951.932	14.644.134	13,1%
Sines	15.956.602	14.366.858	-10,0%
Santiago Cacém	14.701.608	13.676.733	-7,0%
Montijo	14.361.506	13.611.355	-5,2%
Grândola	9.308.865	9.104.969	-2,2%
Alcochete	4.800.778	6.217.283	29,5%
Alcácer do Sal	998.689	808.120	-19,1%
Média Distrital	21.586.053	21.158.490	-1,8%

A tabela 15 apresenta o passivo financeiro, isto é, os empréstimos contraídos pelos municípios a instituições financeiras. Constata-se que Setúbal é o município com o maior valor em empréstimos, e Alcácer do Sal o que apresenta o menor valor. Relativamente à variação entre 2010 e 2011, o distrito apresenta uma diminuição da média distrital em -1,8%. Constata-se que a maioria dos municípios (nove) diminuíram o passivo financeiro, mas não

ocorreu um comportamento homogéneo ao nível de cada município, caso de Alcochete que aumentou o seu passivo financeiro em 29,5% e Alcácer do Sal que diminuiu 19,1%. Conforme esperado, as três primeiras posições correspondem aos municípios de grande dimensão, bem como as três últimas a municípios de pequena dimensão.

Segundo o Art. 36º nº 1 da Lei nº 02/2007 da Lei das Finanças Locais, o endividamento líquido consiste na diferença entre o passivo (dividas a terceiros) e o ativo (dividas de terceiros, depósitos em instituições financeiras, caixa e aplicações de tesouraria). Através da tabela 16, constata-se que apenas Alcácer do Sal não possui endividamento líquido. O município com menor endividamento líquido em 2011 foi Grândola com 8.928.143€ e o município com maior endividamento foi Setúbal com 63.431.844€. Entre 2010 e 2011, importa referir que 6 municípios conseguiram baixar a sua dívida líquida, destacando-se Alcácer do Sal com uma diminuição de 142,8%. Já o município de Alcochete registou o maior aumento em 53,2% do endividamento líquido. Ao analisar-se o endividamento líquido por habitante, o município de Sines destaca-se dos restantes municípios com 1.600€ por habitante, valor significativamente superior ao município que surge em segundo lugar, Alcochete com 700€por habitante.

Tabela 16 – Análise do Endividamento Líquido

Municípios	2010		2011		Variação 2010 / 2011	
	Endividamento Líquido	Endividamento Líquido p/habitante	Endividamento Líquido	Endividamento Líquido p/habitante	Endividamento Líquido	
Setúbal	62.018.507	512	63.431.844	523	1.413.337	2,3%
Seixal	36.625.484	231	43.103.433	272	6.477.949	17,7%
Barreiro	33.475.632	425	40.816.252	518	7.340.620	21,9%
Sesimbra	28.039.881	566	30.913.550	625	2.873.669	10,2%
Moita	28.638.758	434	29.131.711	441	492.953	1,7%
Palmela	25.221.715	401	23.364.293	372	-1.857.422	-7,4%
Sines	19.786.553	1.390	22.782.654	1.600	2.996.101	15,1%
Santiago Cacém	19.186.695	645	18.810.308	632	-376.387	-2,0%
Montijo	19.001.706	371	17.485.681	341	-1.516.025	-8,0%
Almada	16.841.274	97	16.130.067	93	-711.207	-4,2%
Alcochete	8.028.761	457	12.300.801	700	4.272.040	53,2%
Grândola	9.578.331	646	8.928.143	602	-650.188	-6,8%
Alcácer do Sal	1.172.988	90	-502.050	-38	-1.675.038	-142,8%
Média Distrital	23.662.791	482	25.130.514	514	1.467.723	-

De seguida, apresentam-se as tabelas relativas aos dados económicos, extraídos da Demonstração dos Resultados.

Tabela 17 – Análise dos Resultados Operacionais e Líquidos

Municípios	2010		2011		Variação 2010 / 2011	
	Resultado Operacional	Resultado Líquido	Resultado Operacional	Resultado Líquido	Resultado Operacional	Resultado Líquido
Seixal	15.701.017	10.754.906	12.588.747	12.598.548	-19,8%	17,1%
Almada	2.894.063	6.014.140	5.278.590	9.227.040	82,4%	53,4%
Moita	2.391.479	1.973.914	3.695.182	2.710.221	54,5%	37,3%
Alcácer do Sal	3.774.135	3.991.409	-720.464	183.024	-119,1%	-95,4%
Montijo	2.413.481	2.426.316	-457.799	-104.801	-119,0%	-104,3%
Setúbal	2.679.448	6.072.528	-572.622	-425.463	-121,4%	-107,0%
Barreiro	1.702.486	4.626.012	2.248.931	-579.659	32,1%	-112,5%
Grândola	6.421.071	6.924.370	-877.764	-633.818	-113,7%	-109,2%
Sines	292.154	3.737.827	-1.567.954	-930.916	-636,7%	-124,9%
Santiago Cacém	-112.777	398.490	-1.471.289	-1.517.623	-1.204,6%	-480,8%
Alcochete	-1.405.018	-707.913	-2.919.466	-2.072.656	-107,8%	-192,8%
Palmela	-10.458.289	-10.701.458	-5.948.083	-5.424.614	43,1%	49,3%
Sesimbra	-2.450.332	-1.238.581	-5.151.407	-5.604.411	-110,2%	-352,5%
Média Distrital	1.834.071	2.636.305	317.277	571.144	-82,7%	-40,8%

Ao nível dos resultados, tanto operacionais como líquidos, verifica-se que os municípios do Seixal, Almada e Moita, são os que apresentam os melhores valores no ano de 2011. Por outro lado, verifica-se que na grande maioria de municípios, houve uma evolução negativa na atividade, tendo existido uma diminuição dos resultados alcançados. Assim, em 2011 constata-se que 9 municípios (69%) apresentaram resultados operacionais e líquidos negativos.

Relativamente ao resultado por habitante, pode-se observar que os municípios do Seixal, Moita e Almada continuam a ser os que apresentam um melhor desempenho, salientando-se também neste indicador, o Barreiro. Em sentido oposto, verifica-se que Palmela, Alcochete, Sines e Sesimbra, são os municípios que apresentam os valores de resultados mais negativos por habitante.

Tabela 18 – Análise do Resultado Operacional por Habitante

Municípios	2010		2011		Varição 2010 / 2011
	Resultado Operacional	Resultado Operacional p/ Habitante	Resultado Operacional	Resultado Operacional p/ Habitante	Resultado Operacional p/ Habitante
Seixal	15.701.017	99	12.588.747	80	-19,8%
Moita	2.391.479	36	3.695.182	56	54,5%
Almada	2.894.063	17	5.278.590	30	82,4%
Barreiro	1.702.486	22	2.248.931	29	32,1%
Setúbal	2.679.448	22	-572.622	-5	-121,4%
Montijo	2.413.481	47	-457.799	-9	-119,0%
Santiago Cacém	-112.777	-4	-1.471.289	-49	-1.204,6%
Alcácer do Sal	3.774.135	289	-720.464	-55	-119,1%
Grândola	6.421.071	433	-877.764	-59	-113,7%
Palmela	-10.458.289	-166	-5.948.083	-95	43,1%
Sesimbra	-2.450.332	-50	-5.151.407	-104	-110,2%
Sines	292.154	21	-1.567.954	-110	-636,7%
Alcochete	-1.405.018	-80	-2.919.466	-166	-107,8%
Média Distrital	1.834.071	53	317.277	-35	-82,7%

Tabela 19 – Análise dos Custos Totais

Municípios	2010	2011	Varição 2010 / 2011
	Custos Totais	Custos Totais	
Seixal	83.166.710	92.869.482	11,7%
Almada	77.015.193	66.762.519	-13,3%
Setúbal	59.350.329	59.999.567	1,1%
Palmela	47.664.048	43.450.071	-8,8%
Barreiro	37.491.389	39.857.871	6,3%
Sesimbra	41.679.202	39.508.654	-5,2%
Moita	29.119.901	27.919.555	-4,1%
Montijo	25.967.757	25.508.792	-1,8%
Santiago Cacém	22.667.289	24.032.669	6,0%
Sines	20.913.591	19.990.971	-4,4%
Grândola	17.799.584	18.048.376	1,4%
Alcácer do Sal	16.324.428	15.610.233	-4,4%
Alcochete	13.480.655	13.029.961	-3,3%
Média Distrital	37.895.390	37.429.902	-1,5%

Através da tabela 18, pode-se concluir que entre 2010 e 2011, os custos totais considerando os 13 municípios, decresceram 6.051.355€(1,45%), totalizando em 2011, 486.588.721€

Constata-se que, a maioria (8) dos municípios diminuíram os seus custos totais, com destaque para Almada (-13,3%) e Palmela (-8,8%). Os restantes 5 municípios aumentaram os seus custos totais (Seixal (11,7%), Barreiro (6,3%), Santiago do Cacém (6,0%), Grândola (1,4%) e Setúbal (1,1%).

Tabela 20 – Análise dos Custos com Pessoal

Municípios	2010	2011	Variação 2010 / 2011
	Custos com Pessoal	Custos com Pessoal	
Seixal	65.511.812	70.351.338	7,4%
Barreiro	30.007.580	28.022.175	-6,6%
Sesimbra	29.629.378	27.781.971	-6,2%
Setúbal	26.973.241	26.713.285	-1,0%
Almada	29.907.734	26.511.613	-11,4%
Moita	23.691.039	22.478.412	-5,1%
Palmela	18.911.230	17.076.808	-9,7%
Sines	13.910.654	14.059.829	1,1%
Montijo	14.350.711	13.396.171	-6,7%
Santiago Cacém	11.090.281	12.172.950	9,8%
Alcochete	11.011.315	10.974.600	-0,3%
Alcácer do Sal	10.745.908	10.167.309	-5,4%
Grândola	8.804.317	8.438.843	-4,2%
Média Distrital	22.657.323	22.165.023	-3,0%

Das componentes dos custos destaca-se os custos com pessoal, dado serem aqueles que representam maior peso na estrutura de custos dos municípios (tabela 19). Assim, observa-se que de 2010 para 2011, apenas 3 municípios, Santiago com Cacém (9,8%) e Seixal (7,4%) e Sines (1,1%), aumentaram os seus custos com pessoal. Dos municípios que diminuíram os seus custos com pessoal, destaca-se Almada (11,4%) e Palmela (9,7%).

Em relação ao rácio Custos com Pessoal/Custos Totais verifica-se que o mesmo diminuiu, no global, cerca de 1%. Constatam-se que em termos de média, o seu peso ronda os 60,8%, todavia, não há um comportamento homogéneo ao nível de cada município, sendo visível, por valores extremos, que em 2011, Alcochete representa 84,2% dos Custos Totais, enquanto, em Palmela, o seu valor é de 39,3% (tabela 21).

Tabela 21 – Análise dos Custos com Pessoal face aos Custos Totais

Municípios	Custo com Pessoal / Custos Totais 2010	Custos com Pessoal / Custos Totais 2011
Alcochete	81,70%	84,20%
Moita	81,40%	80,50%
Seixal	78,80%	75,80%
Sines	66,50%	70,30%
Sesimbra	71,10%	70,30%
Barreiro	80,00%	70,30%
Alcácer do Sal	65,80%	65,10%
Montijo	55,30%	52,50%
Santiago Cacém	48,90%	50,70%
Grândola	49,50%	46,80%
Setúbal	45,40%	44,50%
Almada	38,80%	39,70%
Palmela	39,70%	39,30%
Média Distrital	61,80%	60,80%

4 – Conclusão

O POCAL, é o plano setorial do POCP, de aplicação obrigatória nas Autarquias Locais. Da articulação dos sistemas contabilísticos nele previstos, é esperado que, através da informação contabilística, se possa aferir se a gestão das autarquias, foi efetuada com eficiência, eficácia e economia.

Nesse sentido, ao longo dos últimos anos, foi anualmente publicado o AFMP, onde é possível, através de um conjunto de indicadores, efetuar uma análise orçamental e económico-financeira dos municípios portugueses.

Com este estudo efetuado nos municípios do distrito de Setúbal, pretendeu-se evidenciar, face aos indicadores apresentados e que tiveram por base os apresentados no AFMP, a evolução verificada de 2010 para 2011. Os resultados que obtivemos, face às fortes mudanças na conjuntura económica, à qual os municípios não são alheios, serão enriquecidos e mais esclarecedores, logo que seja possível efetuar a sua comparação com os valores obtidos a nível nacional, após a publicação do AFMP referente a 2011.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AHMAD, Y.; BROUSSINE, M. The UK public sector modernization agenda. Public Management Review, Vol. 5 nº 1, p. 45-62, 2003.

AMARAL, Freitas. Curso de direito administrativo. 2ª Edição Volume 1, Almedina, Coimbra, 2002.

CAIADO, António Pires, PINTO, Ana Calado. Manual do Plano Oficial de Contabilidade Pública. 2ª Edição, Áreas Editora, Lisboa, 2001.

CARVALHO, João; FERNANDES, Maria José; CAMÕES, Pedro; JORGE, Susana. Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2010. Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, Lisboa, 2012.

CARVALHO, João; FERNANDES, Maria José; CAMÕES, Pedro; JORGE, Susana. Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2009. Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, Lisboa, 2011.

CARVALHO, João; FERNANDES, Maria José; CAMÕES, Pedro; JORGE, Susana. Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2008. Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, Lisboa, 2010.

CARVALHO, João; FERNANDES, Maria José; CAMÕES, Pedro; JORGE, Susana. Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2007. Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, Tribunal de Contas, 2009.

Decreto-Lei nº 232/97, de 3 de Setembro – Plano Oficial de Contabilidade Pública.

Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais.

GALERA, A.; RODRÍGUEZ, D.; HERNÁNDEZ, A. Identifying Barriers to the Application of Standardized Performance Indicators in Local Government. *Public Management Review*, Vol. 10 nº 2, p. 241-262, 2008.

Lei nº 1/2005, de 12 de Agosto – Constituição da República Portuguesa.

Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro, aprova a Lei das Finanças Locais.

TEIXEIRA, Ana Bela; PARDAL, Pedro; MATA, Carlos; TEIXEIRA, Nuno. A Contabilidade Analítica no POCAL e o grau de implementação no Distrito de Setúbal. In: XX Jornadas Luso Espanholas de Gestão Científica, ESCE-IPS, Setúbal, 2010. CD-ROM.

TEIXEIRA, Ana Bela; MATA, Carlos; PARDAL, Pedro; TEIXEIRA, Nuno. Avaliação e divulgação de indicadores de desempenho dos municípios portugueses: o caso do distrito de Setúbal. *Revista Universo Contábil*, Vol.9 nº1, Brasil, p. 147-168, jan./mar. 2013.